

Brasil reage bem à crise financeira, afirma Meirelles

Presidente do Banco Central afirma em audiência pública no Senado que contribuíram para a reação brasileira o amadurecimento do mercado interno e o montante de reservas internacionais e de depósitos compulsórios. Senadores pedem juros menores. **3**



Na chegada para a audiência, Henrique Meirelles (C), entre Jereissati (segundo à esq.), Garibaldi e Efraim (primeiro à dir.)

José Cruz

Votações avançam com aprovação de 19 matérias

O Plenário votou ontem os textos de sete acordos internacionais, 10 projetos de lei da Câmara e um do Senado e um projeto de resolução

O projeto de resolução aprovado ontem modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações e juros da dívida de estados, Distrito Federal e municípios; as operações de crédito deverão obedecer a determinadas exigências, entre as quais a que fixa em 11,5% da receita corrente líquida o limite máximo de comprometimento. Um dos projetos de lei determina que os planos e seguros privados de assistência à saúde deverão cobrir o atendimento nos casos de planejamento familiar. Outro projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir o oferecimento de cópias simples de documentos, não autenticadas, como provas nos processos trabalhistas. Também foi acolhida proposta que obriga o proprietário de veículo irrecuperável, objeto de sinistro, a requerer a baixa do registro em 60 dias, a fim de dificultar a "legalização" de carro roubado. **4 e 5**



José Sarney (foto ao lado) preside a sessão do Plenário que examinou diversas propostas. As matérias aprovadas ontem fazem parte da relação que foi acertada na reunião de terça-feira entre o presidente do Senado e os líderes partidários



Gerardo Magella

Moreira Mariz

Plenário comemora 45 anos da Campanha da Fraternidade **8**

Bens obtidos ilicitamente podem ficar indisponíveis **7**

Isenção gradual do Imposto de Renda para aposentados **6**

Senado lança programação de eventos para este ano

Em solenidade na Presidência do Senado, Marco Maciel lançou ontem a programação cultural da Casa para 2009. Exposição sobre Clarice Lispector, homenagens a José de Alencar e Luiz Gonzaga, lançamento de obras raras e painel sobre a Inconfidência Mineira fazem parte dos eventos, que objetivam impulsionar as manifestações culturais brasileiras e ampliar a interlocução do Senado com a sociedade. **8**



Marco Maciel (2º à direita, ao lado de Adelmir Santana) discursa em cerimônia de lançamento do Senado Cultural 2009

Jane Araújo

Retirada das assinaturas de quatro senadores de pedido para instalação de comissão parlamentar de inquérito fez com que documento deixasse de contar com número mínimo de subscritores

Senado arquiva requerimento de criação de CPI sobre o Dnit

A MESA DO Senado arquivou, na noite de ontem, o requerimento de criação da CPI do Dnit, apresentado no dia anterior pelo senador Mário Couto (PSDB-PA). Na presidência dos trabalhos do Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) leu a decisão, tomada com base no artigo 244 do Regimento Interno da Casa, que determina a necessidade do número mínimo de 27 assinaturas para que uma comissão parlamentar de inquérito seja instalada.

Na terça-feira, o presidente do Senado, José Sarney, havia anunciado a criação da comissão, destinada a investigar irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A Casa havia aceitado o requerimento apresentado por Mário Couto e outros 30 senadores, há um ano e meio, e procedido à leitura do documento, uma vez que este tinha o número de assinaturas regimental. Contudo, quatro desses senadores retiraram seus autógrafos antes que a matéria fosse publicada.



Mário Couto diz que vai apresentar novo pedido

Mão Santa explicou que, com isso, a quantidade de assinaturas remanescentes no requerimento não alcançava o número mínimo de subscritores exigido regimental e constitucionalmente. Por essa razão, a Presidência do Senado determinou a remessa do documento ao arquivo.

Mário Couto afirmou, em discurso, que estava decepcionado com os senadores que retiraram a assinatura. Ele anunciou que vai colher novamente

assinaturas para outra CPI, com a mesma finalidade, agora para investigar também a atual diretoria do Dnit.

No discurso, citou nomes de três dos quatro senadores que retiraram a assinatura – João Tenório (PSDB-AL), Valter Pereira (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PTB-SP). Tenório, em aparte, disse que tomou a decisão por entender que, no momento, o Senado tem de se concentrar nos trabalhos de mudança compreendidos pela Mesa.

À imprensa, Mário Couto informou que o quarto senador a retirar o nome foi Eliseu Resende (DEM-MG).

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou, ao final do pronunciamento de Mário Couto, que havia cumprido sua obrigação ao determinar a leitura do requerimento em Plenário e que compreendia a exaltação do senador paraense. Pouco antes, Papaléo Paes (PSDB-AP) também havia lamentado “a pressão pela retirada das assinaturas”.

Wellington pede informações sobre administração da Casa

Wellington Salgado (PMDB-MG) encaminhou requerimento à Mesa diretora solicitando informações sobre a administração do Senado. Ele justificou o pedido com o argumento de que os parlamentares devem estar inteirados da situação da Casa para que possam responder às perguntas de seus eleitores e partidários sobre noticiários da imprensa e para que “não passem por ignorantes numa Casa à qual pertencem e da qual não têm informações”.

No pedido, o senador solicita informações sobre o número de cargos de diretores e subdiretores em janeiro deste ano; os atos que criaram os cargos nos últimos 12 anos; os critérios adotados para as nomeações dos

servidores e as atividades por eles desempenhadas; e o valor da comissão recebida pelo exercício do cargo.

Wellington Salgado pede também dados sobre o número de servidores efetivos e comissionados e as despesas com pessoal na Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), a Gráfica do Senado, e na Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Ele solicita, ainda, informações sobre os gastos, em 2008, com telefones fixos, celulares, correspondência e impressão de publicações; o número de automóveis do Senado e os gastos com sua manutenção, inclusive combustíveis; o número de imóveis funcionais e os gastos com manutenção, assim como a atual ocupação também



Wellington Salgado defende divulgação das decisões importantes do Senado

são solicitados.

O senador de Minas Gerais defendeu a divulgação de decisões importantes que são tomadas, especialmente em comissões, e que, segundo ele, são “muito maior do que essa pequena coisa que vem acontecendo no Senado Federal” – em referência às denúncias da imprensa.

Almeida Lima quer explicações sobre contrato com Noblat

Almeida Lima (PMDB-SE) pediu informações à Mesa do Senado sobre contrato feito com o jornalista Ricardo Noblat para realização de programa de jazz na Rádio Senado. Ele disse estranhar que o contrato, de R\$ 40.320 por um ano, contenha apenas o nome Ricardo José Delgado, omitindo o último e mais conhecido nome do jornalista, “Noblat”.

– Portanto, cabem explicações. Isso é dinheiro público, do povo – afirmou o senador, salientando que as circunstâncias são oportunas para que a Casa tome providências não apenas em relação ao contrato, mas também às despesas do seu dia-a-dia.

Logo depois, o 1º secretário da Mesa, Heráclito Fortes (DEM-PI), declarou não conhecer os detalhes do contrato, mas informou que há alguns dias recebeu telefonema de Ricardo Noblat indagando a razão de seu nome ter sido lançado no documento de forma incompleta. Heráclito e o senador Mão Santa (PMDB-PI), que presidia a sessão, garantiram que o assunto será apurado pela Mesa nos próximos dias.

Mais tarde, o 1º secretário voltou ao Plenário com cópia do contrato e informou que no documento aparece o nome completo do jornalista, ou seja, Ricardo José Delgado Noblat.



“Cabem explicações”, cobra Almeida Lima

Jornalista trabalhou de graça por nove anos, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ter recebido ontem telefonema do jornalista Ricardo Noblat pedindo a transcrição, nos Anais da Casa, de seu contrato com a Rádio Senado para realização de programa semanal de jazz com duração de uma hora. Conforme Suplicy, por nove anos e meio o jornalista realizou o programa gratuitamente. Noblat fez o pedido de remuneração ao renovar o contrato com a direção geral do Senado, no mês de setembro, por sugestão de sua mulher, contou o senador.

No mesmo pronunciamento, Suplicy leu nota assinada por vários deputados e senadores pedindo que as investigações sobre o delegado federal Protógenes Queiroz, acusado de abuso de poder, não impeçam a apuração das irregularidades descobertas na Operação Satiagraha – que resultaram na prisão do dono do Banco Opportunity, Daniel Dantas. O delegado se encontrou com os parlamentares pela manhã, no gabinete do senador José Nery (PSOL-PA).

Eduardo Suplicy comunicou ainda ter se prontificado a dialogar com pais de alunos da escola na qual, no dia anterior, um aluno levou uma arma de fogo, causando polêmica em São Paulo.



Suplicy pede transcrição do contrato com Noblat

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Programação monetária

A sessão, às 14h, é deliberativa. O Plenário continua a discussão do Projeto de Decreto Legislativo 270/08, que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

Sarney recebe governador da PB

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 12h o governador da Paraíba, José Maranhão. Às 16h, preside a ordem do dia.

Taxa de saneamento básico

Às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) reúne-se para a votação de projeto que proíbe a cobrança de taxas por serviços de saneamento básico enquanto não forem finalizadas as instalações operacionais que garantam os serviços. Na abertura da reunião, será discutida a agenda formulada para o colegiado pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Gim Argello (PTB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Audiência sobre crise econômica

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, às 10h, audiência pública para apresentação de novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que identifica a percepção das famílias brasileiras a respeito da crise econômica mundial. Além do presidente do Ipea, Marcio Pochmann, estão convidados para o debate o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar; o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer; e o doutor em Ciências Econômicas Ladislau Dowbor.

CRE vota indicação de embaixadores

Em reunião às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota três mensagens com indicação de embaixadores: Antonio Fernando Cruz de Mello, para as embaixadas do Brasil na Ucrânia e na Moldávia; José Vicente da Silva Lessa, para o mesmo cargo na Namíbia; e Arthur Vivacqua Correa Meyer, para São Tomé e Príncipe.

Abertura de ano letivo

A abertura do ano letivo 2009 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) ocorre às 9h30, no auditório do ILB. O professor Paulo Daniel Barreto Lima apresenta palestra sobre o Programa Nacional de Gestão Pública.

Comissões ouvem Febraban

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade realizam, às 14h, audiência pública para ouvir o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa, sobre operações de crédito, *spread* bancário e taxa Selic.

PAIM ELOGIA ACORDO QUE BENEFICIA AERUS

Paulo Paim (PT-RS) celebrou o acordo em que a Advocacia Geral da União (AGU), a Varig (rebatizada como Flex) e o fundo de pensão Aerus solicitam o adiamento da votação da ação em que a empresa aérea pede ressarcimento por perdas com o congelamento de tarifas em planos econômicos passados. Essa conta, assinalou o senador, é estimada em mais de R\$ 5 bilhões, e a Varig deve R\$ 3 bilhões ao Aerus. A relatora do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia Antunes Rocha, aceitou adiar a votação por 60 dias.

PREMIAÇÃO DO PROJETO XINGU MATA VIVA

Serys Silhessarenko (PT-MT) anunciou que o primeiro pagamento dos prêmios do Projeto Xingu Mata Viva será feito hoje em reunião na Segunda Vice-Presidência do Senado.

O projeto, explicou a senadora, objetiva o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de comercialização dos estoques de carbono obtidos com a manutenção das matas em terras do nordeste mato-grossense.

Serys informou que 20 pequenos, médios e grandes produtores rurais que se destacaram na proteção do meio ambiente receberão os prêmios.

PUBLICAÇÃO CATALOGA CULTURA NO AMAZONAS

O lançamento do catálogo *Amazonas: diversidade cultural iconográfica* foi destacado por Jefferson Praia (PDT-AM). A elaboração da publicação teve a iniciativa do escritório do Sebrae em Manaus, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões.

— O foco consiste em construir e fortalecer uma cadeia produtiva da cultura, integrando turismo, artesanato, gastronomia, arte, ciência, lazer, recreação e outros segmentos na geração de emprego e renda — disse.

AUGUSTO HOMENAGEIA ESCOLAS DE RORAIMA

As escolas estaduais Ana Libória e São José, de Roraima, que estão comemorando 34 e 86 anos de fundação, respectivamente, foram homenageadas ontem por Augusto Botelho (PT-RR).

A São José, inclusive, é o primeiro colégio do estado, e atualmente atende a 676 alunos do ensino fundamental, afirmou o senador. Já a Escola Ana Libória, “nome que lembra o heróiismo de uma professora pioneira de Roraima”, disse Augusto, atua no ensino médio.

Amadurecimento do mercado interno e volume de reservas e de depósitos compulsórios permitiram adoção de medidas necessárias à proteção da economia, diz presidente do BC

Meirelles: país tem reagido bem aos impactos da crise

A RECUPERAÇÃO, NOS primeiros meses do ano, das vendas no varejo, da produção e vendas de veículos, e do valor dos salários sinaliza que o país tem reagido de forma positiva aos impactos da crise financeira mundial, afirmou ontem o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em



Meirelles (E), Garibaldi e Jereissati durante a audiência no Senado

audiência pública no Senado. Segundo Meirelles, contribuíram para essa reação o amadurecimento do mercado interno e o montante de reservas internacionais e de depósitos compulsórios disponíveis no início da crise, permitindo que o governo adotasse medidas necessárias à proteção da economia nacional.

— Apesar de enfrentar problemas, o Brasil está hoje em melhores condições que

a grande maioria dos países emergentes — declarou. Meirelles falou aos senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, em audiência pública conjunta.

Para o presidente do Banco Central, a expressiva queda do produto interno bruto (PIB) brasileiro no último trimestre de 2008 deve ser avaliada como uma redução do acelerado cres-

cimento verificado no período anterior — o país registrou 6,8% de crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2008 e 1,3% nos três meses seguintes. Apesar de a queda refletir problemas enfrentados pela economia real, disse, a manutenção de índices positivos dão tranquilidade para a gestão da crise.

Meirelles destacou a adoção de medidas para ampliar a liquidez no mercado de crédito, como o aumento de recursos para financiamentos via BNDES e a elevação de aportes no crédito rural. Ao manifestar preocupação com a perda da capacidade de financiamento dos bancos pequenos e médios, disse que o BC estuda mecanismos para dar maior competitividade a esse segmento.

Presidente do BC diz que poupança precisa mudar

Henrique Meirelles afirmou na audiência pública no Senado que será inevitável revisar as regras do sistema de poupança, devido à tendência declinante dos juros no país, mas disse que está fora de sua competência arbitrar a solução. Como o cálculo da rentabilidade da poupança é atrelado à Taxa Referencial (TR), esse investimento vem ganhando valorização perante as demais aplicações, por causa da queda na taxa Selic — os juros primários fixados pelo Conselho de Política Monetária (Copom). O problema da poupança foi levantado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Outro assunto de destaque foram os *spreads* bancários — a diferença entre as taxas de juros pagas aos aplicadores e as cobradas aos tomadores de empréstimos.

César Borges (PR-BA) disse que os *spreads* sempre são abordados de forma “evasiva” pelas autoridades. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que o crescimento do *spread* tem grandes repercussões sobre o cidadão comum e as pequenas e médias empresas. Em resposta, Meirelles afirmou que a queda do diferencial entre as taxas para aplicadores e tomadores requer um aumento na competição en-

tre os bancos. Acrescentou que as instituições oficiais podem desempenhar papel importante, já que controlam mais de 50% do mercado financeiro nacional.

Respondendo a Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o presidente do BC disse que o cadastro positivo poderá ajudar a quebrar a desconfiança dos bancos com relação a novos clientes. Com esse mecanismo, opinou, quem tem um bom histórico de crédito terá facilidade em obter financiamento em qualquer banco. Em sua manifestação, Cavalcanti havia alertado para o risco de o cadastro positivo se tornar um “cadastro impositivo”.

Para senadores, superação exige juros menores

Um dos autores do requerimento para o debate com o presidente do Banco Central, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que os juros no país precisam cair ainda mais firmemente, pois a economia norte-americana demora a reagir, o que poderá prolongar o quadro de retração em que se encontra todo o mundo.

Jefferson Praia (PDT-AM), que também subscreveu o requerimento, reforçou a cobrança pela queda dos juros e, particularmente, a redução da diferença entre as taxas que os bancos cobram para captar recursos dos investidores e as que exigem dos tomadores de crédito.

Em resposta a Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Meirelles informou que medidas protecionistas adotadas pelos países mais afetados pela crise serão discutidas na próxima reunião do G-20 (formado pelos países mais desenvolvidos e os chamados emergentes, entre os quais o Brasil), em

Londres, no início de abril. Ele disse ainda que não há expectativa de construção de regras comuns para controle do sistema financeiro mundial. No entanto, destacou a importância de recomendações feitas pelo Fundo de Estabilidade Financeira e pelo Comitê da Basiléia, como forma de prevenir novos problemas no futuro.

Investimentos

Marcelo Crivella (PRB-RJ), outro subscritor do pedido de audiência, manifestou preocupação com a possibilidade de fuga de investimentos estrangeiros no país, diante da queda de rentabilidade das aplicações, devido à tendência declinante dos juros básicos — a taxa Selic, reduzida em 1,5 ponto percentual na última reunião do Copom, para 11,25% ao ano. Meirelles tranquilizou quanto a isso, ao dizer que o Brasil permanece atrativo para os investidores.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu esclarecimentos sobre

como o BC transferiu R\$ 180 milhões, este ano, ao Tesouro Nacional. Os recursos resultaram, sobretudo, de ganhos decorrentes da valorização das reservas em moeda estrangeira depois da crise. O presidente do BC explicou que, ao entrar na conta do Tesouro na instituição, os recursos geraram, como efeito contábil, uma queda na dívida pública. Mas nada impediria o governo de realizar despesas com a receita, disse. Ele observou, contudo, que isso não tem nada a ver com o Banco Central.

Para Jereissati, a transferência dos ganhos cambiais do BC pode ter sido o meio utilizado pelo governo para capitalizar o BNDES, de modo a que a instituição prestasse socorro a grandes empresas brasileiras afetadas pela crise, algumas por dificuldades em renovar linhas de crédito no exterior. Outras, no entanto, disse, por terem especulado no país contra o real, mediante aplicações no mercado de derivativos.

CASAGRANDE DEFENDE REDUÇÃO DOS JUROS

Continuar o processo de redução da taxa básica de juros e analisar a possibilidade de reduzir o percentual do superávit primário. Essas sugestões foram apresentadas por Renato Casagrande (PSB-ES) ao Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e à área econômica do governo. Ele disse que essas medidas podem poupar recursos para serem investidos em outras áreas.

O senador também aplaudiu o lançamento, pelo governo federal, do programa de habitação Minha Casa, Minha Vida.

PROJETO SOBRE DIRETOR FINANCEIRO DE ESTATAL

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou projeto para garantir que a ocupação das diretorias financeiras de empresas públicas e sociedades de economia mista e federais seja reservada a servidores de carreira.

De acordo com ele, a proposta (PLS 113/09) tem o objetivo de “acabar com as indicações político-partidárias para as diretorias financeiras de estatais”.

O senador considera que, “sem desqualificar os demais cargos de diretorias dessas entidades”, a diretoria financeira tem “especial relevância e responsabilidade”.

NOVA ÁREA PARA FAMÍLIA QUE VIVE EM RESERVA

Autoridades de Rondônia reúnem-se hoje com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para discutir questões relacionadas com a ocupação da Reserva de Bom Futuro, anunciou Expedito Júnior (PR-RO). O senador disse esperar que possam ser adotadas medidas favoráveis às 5 mil famílias ali instaladas.

Para ele, teria que ser buscado um entendimento para garantir outra área a essas pessoas. “Não é justo o tratamento que está sendo dado ao povo do meu estado”, afirmou.

VALADARES LEMBRA DIA MUNDIAL DA ÁGUA

A passagem do Dia Mundial da Água, no último dia 22, foi lembrada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador analisou dados do estudo “O Estado Real das Águas no Brasil 2004-2008”, que identificou 20.760 áreas de contaminação em todo o país. Valadares defendeu a intervenção do governo, “com muito mais vigor e muito mais presteza”, no combate à poluição industrial, agroindustrial, no tratamento dos esgotos e no desperdício de água por meio de campanha de conscientização.

Senado acolhe os textos de sete acordos internacionais, 10 projetos de lei da Câmara, um do Senado e um projeto de resolução. Todas essas matérias haviam sido previamente listadas na reunião de líderes partidários que ocorreu na terça-feira, sob o comando do presidente do Senado, José Sarney

Plenário aprova mudança de cálculo para operações de crédito dos estados

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de resolução que modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A matéria segue para promulgação.

O texto (PRS 9/09) é de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e altera dispositivo da Resolução do Senado 43/01 – que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – para modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

A partir da promulgação, as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão obedecer a determinadas exigências, entre as quais a que fixa em 11,5% da receita corrente líquida (RCL) o limite máximo de comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores

a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar.

Nos termos da resolução do Senado em vigor, esse mesmo cálculo é feito pela média anual nos cinco exercícios financeiros subsequentes, incluindo o da própria apuração, da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano. O projeto de resolução modificou esse texto estabelecendo que o cálculo desse comprometimento deva ser feito pela média anual de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida até 31 de dezembro de 2027.

A proposta visa amenizar os efeitos decorrentes dos critérios de projeção do serviço da dívida de contratos amparados pela Lei 9.496/97, que estabelece normas para a consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e de outras que especifica, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal.

Por essa legislação, os critérios adotados preveem um desembolso limitado a 13% da receita líquida real (RLR) nos 360 meses

posteriores à assinatura dos contratos. Tomando como exemplo alguns estados, esse período ficou estabelecido até fevereiro de 2008, com acúmulo do resíduo decorrente da diferença entre o valor calculado e o efetivamente pago a ser refinanciado. Esse resíduo será refinanciado em 120 parcelas a partir dessa data, sem obedecer ao limite previsto na Lei 9.496/97.

Dessa forma, conforme o parecer da CAE, para os estados que se enquadram nessa situação, e estão atualmente abaixo do limite de 11,5% da RCL previsto na Resolução 43/01, a projeção do serviço da dívida decorrente do resíduo a ser pago a partir de 2028 não fica mais condicionada ao limite da RLR em vigor até 2027.

Essa forma, portanto, ultrapassar os 11,5% da RCL, o que, na prática, pode inviabilizar a contratação de operações cujas condições de pagamento ultrapassem 2027, pois o cálculo da média desse limite tenderá a se elevar em função do impacto decorrente da inclusão do período posterior a essa data, tendo em vista a previsão de aumento do serviço da dívida.



Ao lado de Marconi Perillo (D), Sarney preside a sessão em que o Plenário votou diversas matérias tratando desde alteração na CLT até a cobertura do planejamento familiar pelos planos de saúde



Foto: Renato Aragão

Cópias simples poderão ser provas em processos trabalhistas

O Plenário aprovou projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir o oferecimento de cópias simples de documentos, não autenticadas, como provas nos processos trabalhistas.

A garantia da autenticidade passa a ser dada pelos próprios advogados, que, por sua vez, têm de responder pela veracidade de suas declarações.

O Projeto de Lei da Câmara 4/06, de autoria do Poder Executivo, já fora aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ) em 11 de julho de 2007, onde foi relatado por Eduardo Suplicy (PT-SP). Aprovada em Plenário sem alterações, a matéria foi encaminhada à sanção presidencial.

Carta de fiança

O Plenário também aprovou outros dois projetos de lei da Câmara que alteram a CLT. Ambos receberam substitutivos no Senado e foram encaminhados à Comissão Diretora da Casa para a elaboração da redação do vencido.

Eles ainda devem ter votação

em turno suplementar. Este turno é utilizado para que os senadores possam apresentar emendas ao novo texto da proposição, no intuito de melhorá-la. Caso não sejam apresentadas emendas, o projeto é automaticamente considerado aprovado, sem necessidade de nova votação.

Ambas as matérias serão novamente analisadas na Câmara dos Deputados, uma vez que foram alteradas no Senado.

A primeira dessas propostas é o PLC 103/05, que veda a exigência

de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela CLT. A exigência de fiador já é vedada pela legislação para a ocupação de cargos ou funções da administração federal.

O substitutivo, redigido por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 21 de fevereiro de 2006, onde foi lido por Paulo Paim (PT-RS), que assim se tornou o relator substituto.

Pela proposta, de autoria do deputado Paulo Rocha (PT-PA), o

empregador que infringir o dispositivo e cobrar a carta de fiança estará sujeito ao pagamento de indenização no valor equivalente a três vezes o salário estabelecido para o cargo, a ser pago em favor do empregado ou do candidato ao emprego prejudicado.

Boa-fé

A outra matéria aprovada pelo Plenário do Senado é a redação do vencido do substitutivo ao PLC 11/06, estipulando que, nas relações individuais e coletivas de tra-

balho, é dever da partes “proceder com probidade e boa-fé, visando ao progresso social do empregado e à consecução dos fins da empresa”.

O substitutivo trocou a expressão final aprovada pela Câmara – “em um ambiente de cooperação e harmonia” – por outra – “em um ambiente de cooperação mútua”.

A matéria, que cria parágrafo único no artigo 1º da CLT, foi apresentada pelo deputado Sandro Mabel (PR-GO) e relatada na CAS pelo senador Paulo Paim, onde foi aprovada em 4 de maio de 2006.

Planos de saúde cobrirão planejamento familiar

Os planos e seguros privados de assistência à saúde deverão cobrir o atendimento nos casos de planejamento familiar. A determinação consta do projeto de lei da Câmara (PLC 1/06) aprovado ontem pelos senadores em votação simbólica no Plenário. A proposta segue agora para sanção presidencial.

De autoria do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que é médico, o projeto modifica a Lei 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. A matéria já havia sido aprovada em março de 2007 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatada pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT).

A atual legislação, já modificada pela Medida Provisória 2.177-44/01, estabelece como obrigatória, entre outras medidas, a cobertura nos casos

de emergência se houver risco imediato de vida, caracterizado em declaração do médico assistente, ou de lesões irreparáveis para o paciente. Também é obrigatória a cobertura em casos de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

Serys Shlessarenko ressalta que o projeto tem o mérito de incluir o planejamento familiar no rol dos procedimentos cobertos pelos planos de saúde. Com a medida, ressaltou, fica garantido às mulheres seguradas o acesso a métodos contraceptivos eficazes e seguros que nem sempre são ofertados pelos serviços públicos de saúde.

Responsabilidade

Ao citar estudo realizado pela Universidade de Campinas (Unicamp), Serys disse que 70% dos casais brasileiros fazem uso de

algum método contraceptivo, mas o peso da responsabilidade do planejamento familiar recai sobre as mulheres. Segundo a pesquisa, 40% das mulheres foram submetidas à laqueadura e 20% usam pílulas anticoncepcionais. Por outro lado, apenas 0,9% dos homens fizeram vasectomia e 1,8% usam camisinha.

Serys lembrou que a responsabilidade do planejamento familiar “recai sobre as mulheres”, que precisam se preocupar com a escolha do método contraceptivo e “arcar com as consequências da escolha”. Para a senadora, a saúde feminina está intimamente ligada à saúde reprodutiva, em que “o acompanhamento eficaz de métodos contraceptivos e a utilização de métodos seguros são necessários para assegurar que o planejamento familiar não cause prejuízos à saúde da mulher”.

Projeto permite aproveitar matéria cursada em seminário

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, projeto de lei (PLC 118/05) do ex-deputado Wasny de Roure que trata do aproveitamento de matérias cursadas em Filosofia ou Teologia.

O projeto foi aprovado nos termos do substitutivo da Comissão de Educação (CE) elaborado pela relatora, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A Mesa do Senado fará agora nova redação do projeto (chamada redação do vencido) que será posteriormente submetido a votação complementar.

De acordo com o substitutivo, os formados em cursos de Filosofia e Teologia, com duração mínima de dois anos, realizados em seminários, podem ter seus créditos acadêmicos aproveitados, total ou parcialmente, em cursos de graduação correspondentes, mediante avaliação de banca examinadora especial.

A proposta acrescenta um item à Lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Aprovada ajuda financeira da Alemanha ao Piauí

O Senado aprovou ontem ajuste em acordo de cooperação financeira (PDS 268/08) celebrado entre o Brasil e a Alemanha, relativo a programa de saneamento básico no Piauí. Concluído em Brasília em 6 de setembro de 2006, o acordo entre os dois países trata de ajuda financeira, no montante de 5 milhões de euros, para o projeto desenvolvido no estado.

Segundo a exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o texto de ajuste dos termos de acordo celebrado em 1991 entre os dois países “se insere no já amplo e frutífero diálogo teuto-brasileiro em matéria de cooperação financeira, cujos desdobramentos práticos muito têm contribuído para o desenvolvimento econômico e social no país”.

Segundo o embaixador da Alemanha, Friedrich Kunow, o Programa de Saneamento Básico do Piauí foi viabilizado graças à alocação dos recursos do banco alemão KfW. A matéria vai a promulgação.

Acordo garante parceria para capacitação em software livre

Foi aprovado ontem pelo Plenário acordo (PDS 275/08) firmado entre o governo brasileiro e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) destinado à capacitação em software livre e aberto nos países em desenvolvimento.

Assinado em Túnis, capital da Tunísia, em novembro de 2005, o objetivo do acordo é reduzir a exclusão digital no mundo, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Pelo acordo, a Unctad manterá, nos países em desenvolvimento, site com links para iniciativas voltadas à capacitação. Para implementar atividades estabelecidas no memorando, as partes assinarão acordos específicos, determinando os custos necessários. O financiamento das atividades será decidido caso a caso. As partes deverão também cooperar na identificação de fontes de financiamento.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), comemorou a aprovação da matéria, que vai agora a promulgação.

Advertência em lâmpadas será obrigatória

Senadores aprovaram ontem o projeto de lei que amplia para todos os tipos de lâmpadas – e não somente às incandescentes – a obrigatoriedade da impressão nas embalagens de advertência ao consumidor sobre a luminosidade, durabilidade em horas e consequências observadas especialmente nas incandescentes, a Lei 10.334/01 tratou da questão apenas em relação a esse tipo de lâmpada.

– Desde a aprovação da lei, verificou-se que o problema de

disparidade de tensão atingia diversos tipos de lâmpadas colocadas no mercado. Para resguardar os direitos dos consumidores, o autor do projeto propõe eliminar a referência explícita às lâmpadas incandescentes, para que a mesma exigência seja aplicável às lâmpadas em geral – salientou.

Autor da matéria, o então deputado Luciano Zica (PT-SP) ressalta na justificativa da proposta que a legislação não se refere aos novos modelos de lâmpada, que são sensíveis à

diferença de tensão.

Líderes farão cronograma de votação de PECs

O presidente do Senado, José Sarney, aceitou a sugestão apresentada pelo líder do Democratas, José Agripino (RN), de realizar uma reunião do colégio de líderes na próxima semana buscando estabelecer um cronograma para deliberar sobre as diversas propostas de emenda à Constituição prontas para votação em Plenário. Algumas PECs incluídas na pauta de ontem não puderam ser apreciadas por falta de quórum.

Líder do PSB, o senador Antônio Carlos Valadares (SE) disse achar estranho não ter encontrado em Plenário, no horário marcado para o início da ordem do dia, todas as lideranças que participaram de reunião, na terça-feira, com o presidente Sarney e concordaram em votar diversas matérias na sessão de ontem.

– Fiquei entusiasmado com a reunião dos líderes de todos os partidos – disse o senador, ressaltando o dever dos parlamentares com o funcionamento normal da Casa e com a restauração da sua credibilidade.

Valadares salientou que o Senado Federal é uma representação popular e um “colegiado de pessoas que têm responsabilidades políticas e compromissos nos seus estados”.

Papaléo suspeita de complô, que Arns nega

Papaléo Paes (PSDB-AP) levantou a possibilidade de estar havendo um complô “entre partidos políticos, ainda em consequência da eleição, que muitos não conseguem engolir até hoje”, de José Sarney para presidente do Senado. Papaléo fez essa afirmação às 16h43 de ontem, poucos minutos após Sarney ter anunciado que aguardaria a chegada de um maior número de senadores ao Plenário para iniciar as votações.

A ausência de parlamentares do PT (havia quatro naquele instante, de um total de 12) fez com que Papaléo comentasse que “essa é uma mensagem muito negativa que o governo está mandando para o povo para, no meu entender, ajudar a desmoralizar esta Casa”.

O senador Flávio Arns (PT-PR), logo em seguida, negou que o PT ou o governo estejam promovendo represálias em virtude da derrota de Tião Viana (PT-AC) para a Presidência do Senado. Ele garantiu que o processo eleitoral está “completamente terminado” e que os petistas estão todos os dias na Casa trabalhando intensamente no Plenário e nas diversas comissões temáticas.

Projetos instituem datas comemorativas nacionais

Os senadores aprovaram ontem, em votação simbólica no Plenário, projetos que instituem o Dia do Vaqueiro Nordestino (PLC 69/08) – terceiro domingo de julho –, o Dia Nacional da Bossa Nova (PLC 96/07) – dia de nascimento do maestro Antônio Carlos Jobim, 25 de janeiro –, e o Dia Nacional do Caminhoneiro (PLC 34/08) – 16 de setembro, data já adotada informalmente pela categoria. As propostas seguem para sanção presidencial.

Também foi aprovado em votação simbólica o PLC 28/06, que denomina Aeroporto Internacional de Macapá Alvaro Alcolumbre o aeroporto da capital do Amapá.

Acordo entre governos do Brasil e de Barbados

Foi aprovado ontem no Senado o acordo de cooperação técnica (PDS 279/08) entre o Brasil e o governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004. O objetivo do acordo é implementar atividades, programas e projetos de cooperação técnica, que poderão envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

Pelo acordo, as partes contratantes deverão facilitar as funções de seu pessoal para a implementação das medidas. O acordo vai a promulgação.

Ratificada extradição entre países da CPLP

O Senado aprovou ontem projeto (PDS 280/08) que acata o texto da convenção de extradição entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinada em Cabo Verde em 23 de novembro de 2005.

Pela convenção, os Estados membros obrigam-se a entregar, reciprocamente, segundo as regras e condições estabelecidas, as pessoas que estão em seus territórios e são procuradas pelas autoridades policiais de outro Estado.

Para o relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Almeida Lima (PMDB-SE), a proposta “é extremamente oportuna e conveniente”.

Cooperação na área de turismo com o Panamá

Foi aprovado pelo Plenário do Senado projeto de decreto legislativo (PDS 284/08) de acordo de cooperação entre Brasil e Panamá com objetivo de incrementar o fluxo de turistas e de investimentos no setor. Entre os principais pontos do documento está a proibição de atividades turísticas relacionadas aos abusos sexuais e outros que afetem a dignidade humana.

O acordo foi assinado em 25 de maio de 2007 e contou com a aprovação do Ministério do Turismo. A cooperação facilitará o desenvolvimento de atividades conjuntas. A matéria segue para promulgação.

Voto favorável a acordo sobre biocombustível

Recebeu voto favorável do Senado o projeto de decreto legislativo (PDS 287/08) com entendimento celebrado entre Brasil e Suécia para cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis.

Celebrado em Estocolmo em 11 de setembro de 2007, o acordo estabelece a criação de grupo de trabalho para conduzir a implementação das iniciativas de cooperação conjuntas. Prevê ainda o auxílio a países em desenvolvimento no campo de biocombustíveis. O objetivo é promover opções de energias renováveis, com a melhora do desempenho técnico, e melhorar o desenvolvimento sustentável.

A matéria vai a promulgação.

Prazo para baixa de veículos sinistrados

Proposta que obriga o proprietário de veículo irrecuperável, objeto de sinistro, a requerer a baixa do registro no prazo de 60 dias foi aprovada em Plenário. Um dos objetivos é impedir a utilização dos documentos de automóvel danificado em acidente para “legalizar”, por meio de falsificação, carros roubados.

O projeto – um substitutivo de Ademar Santana (DEM-DF) ao PLS 142/05, apresentado pela CPI do Desmanche – também proíbe a remontagem de automóvel sobre o mesmo chassi. A matéria, agora, será encaminhada à Câmara dos Deputados.

Proposta de iniciativa de Efraim Morais, que vai agora à deliberação terminativa na CAE, prevê, entretanto, a aplicação de desconto até o limite de R\$ 3.800 mensais

Aposentado pode ter isenção gradual do Imposto de Renda

A ISENÇÃO PROGRESSIVA do Imposto de Renda para aposentados, pensionistas e reformados, a partir dos 66 anos de idade, é o que estabelece projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O desconto inicial é de 20% do montante, aumentando gradualmente até 100%, no caso de contribuintes com 70 anos de idade. A isenção se aplica, contudo, até o limite de R\$ 3,8 mil mensais.

O autor do projeto (PLS

421/07), senador Efraim Morais (DEM-PB), argumentou que a medida alivia a tributação dos aposentados, pensionistas e militares da reserva "porque o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida". A matéria será examinada agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A CAS acolheu ainda requeri-

mento de César Borges (PR-BA) para realização de audiência pública com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e outras autoridades do setor sobre a situação da dengue no território nacional e, especialmente, na Bahia. Outro requerimento aprovado, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Augusto Botelho (PT-RR) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), solicita audiência pública sobre gorjetas pagas em bares e restaurantes e suas implicações trabalhistas.



Em reunião dirigida por Paim (E), a Comissão de Assuntos Sociais acolhe requerimento para debate sobre a dengue no país

Indicação do prazo de medicamento deve ser legível

Com a finalidade de facilitar a identificação correta pelos consumidores e dificultar a venda de medicamentos com validade vencida, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que determina a impressão legível das datas de fabricação e de validade nas cartelas e caixas de remédios.

Para o autor do projeto (PLS 259/08), Papató Paes (PSDB-AP),

até mesmo pessoas com visão perfeita têm dificuldade de ler a informação. Relator da matéria, Augusto Botelho (PT-RR) lembrou que o uso incorreto de medicamentos é uma das maiores causas de intoxicação no país.

A proposta será agora examinada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A CAS acolheu ainda projeto

(PLC 59/07) que estende a todos os trabalhadores brasileiros que prestem serviços no exterior os benefícios da legislação, permitindo que seus litígios trabalhistas sejam julgados no Brasil. Hoje somente empregados de empresas de engenharia gozam desse direito. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) deu parecer favorável à proposição, que vai a Plenário.

Audiência sobre pesquisa nas universidades

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vai debater em audiência pública a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil. O requerimento para a realização do debate, de autoria do presidente do colegiado, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e aprovado ontem, deve discutir



Debate sobre acórdão do TCU foi proposto por Flexa Ribeiro, presidente da CCT

recente acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que dispõe sobre o funcionamento dessas instituições.

Segundo relato de Flexa Ribeiro, com base em encontro que teve com reitores e representantes de algumas fundações, o acórdão do TCU

impôs graves restrições ao funcionamento das fundações de amparo à pesquisa e às suas relações com as instituições universitárias.

A CCT também aprovou parecer autorizando o funcionamento de 36 novas rádios e uma rede de TV no país.

Valter Pereira diz que decisão do STF limita poder da Funai

Valter Pereira (PMDB-MS) disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor da demarcação contínua da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, não afasta os riscos à segurança da fronteira norte do país, mas compromete as ambições da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de organizações não-governamentais (ONGs) na região.

O senador lembrou que a resolução do STF contém 19 ressalvas que impõem condicionantes à demarcação da área.

– A decisão deixou claro que deve haver limites à maneira como a Funai conduz o processo de demarcação, e não deixou de



Concessões do órgão indigenista produziam riscos, diz Valter Pereira

reconhecer que as concessões da entidade indigenista produziam riscos. O caso alerta para a maneira irresponsável com que a instituição tem lidado com a questão indígena no país.

Órgão descumpriu acordo com parlamentares, afirma Delcídio

Delcídio Amaral (PT-MS) acusou a Funai de editar portarias reservando, para a demarcação de terras indígenas, áreas onde se desenvolvem importantes atividades agropecuárias na fronteira de seu estado com o Paraguai.

Conforme o senador, a Funai teria descumprido acordo firmado com parlamentares de Mato Grosso do Sul, com o governador e com representantes do agronegócio do estado.

O pacto, observou, estabelecia uma série de condições para a demarcação, as quais teriam sido inclusive adotadas posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal na decisão sobre Raposa Serra do Sol, e



Delcídio Amaral critica portaria sobre demarcação de áreas indígenas em MS

devem servir de parâmetro para novas demarcações.

Delcídio apontou como avanço o entendimento do STF de que o Exército e a Polícia Federal têm livre acesso às áreas indígenas.

César Borges cobra medidas para compensar prefeituras

O senador César Borges (PR-BA) pediu ao Palácio do Planalto que adote com rapidez medidas de apoio aos municípios afetados pela queda da arrecadação, pois muitas prefeituras estão praticamente sem dinheiro para pagar até os salários.

– Aqui mesmo nas galerias do Senado encontra-se um prefeito cearense que saiu da sua cidade porque não tem mais dinheiro para honrar pagamentos da prefeitura. Sem medidas compensatórias, a Federação enfrentará colapso financeiro.

César Borges informou ter apresentado requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos para convidar o ministro da



César Borges: perdas dos estados e municípios devem chegar a R\$ 16 bi

Fazenda, Guido Mantega, para discutir alternativas de alívio aos municípios. O senador lembrou que estados e municípios vão perder R\$ 16 bilhões devido à crise financeira.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas por José Sarney • Marconi Perillo • Serys Slhessarenko • Mão Santa • José Nery

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

TUMA EXALTA DIA DA COMUNIDADE ÁRABE

Romeu Tuma (PTB-SP) exaltou o primeiro transcurso do Dia Nacional da Comunidade Árabe – 25 de março – como data constante do calendário oficial da República. Observou ter sido o autor do projeto, apresentado em 2004, que culminou na Lei 11.764, de 2008, que dá à efeméride “a magnitude que o calendário oficial republicano lhe confere”.

O senador citou os milhares de imigrante árabes que vieram para o Brasil desde o século 19. Lembrou ter sido seu pai “um dos heróis que arrostaram a fúria oceânica para aqui aportar em busca de paz”.

NERY CONCLAMA À PARTICIPAÇÃO EM DIA DE LUTA

O Diretório Nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) aprovou resolução sobre o momento político atual, intitulado “Os trabalhadores não devem pagar a conta da crise”. José Nery (PA) leu trechos do documento e, em nome de seu partido, conclamou a população a participar do Dia Nacional de Lutas, marcado para a próxima segunda-feira, nas principais cidades do país. O ato público será em defesa do emprego, pelo detalhamento da dívida pública, contra a criminalização dos movimentos sociais e pelo enfrentamento da crise, preservando os direitos conquistados pelos trabalhadores.

ILB E UNILEGIS ABREM ANO LETIVO 2009

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) dão início às atividades educacionais do ano com a solenidade de abertura do Ano Letivo 2009, prevista para hoje, a partir das 9h30, no auditório do ILB.

Na ocasião, será realizada palestra sobre o Programa Nacional de Gestão Pública, ministrada pelo professor Paulo Daniel, especialista e referência internacional em gestão pública e autor do livro *A excelência em gestão pública*. Os alunos do curso de especialização em Administração Legislativa estarão presentes.

CCJ ouviu ministro dos Direitos Humanos sobre situação do menino Sean Ribeiro Goldman e aprovou cinco projetos na reunião realizada ontem

Decisão amplia acesso aos autos por advogado

Advogados das partes poderão retirar processos de cartórios judiciais, pelo prazo de uma hora, para fazer cópias de todos os documentos. A ideia é agilizar o trabalho dos advogados.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao aprovar o Projeto de Lei da Câmara 104/06. Relatada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), a proposta vai agora para votação em Plenário.

Atualmente, o Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) impede a retirada dos autos por um só advogado, quando há prazo comum para as duas partes envolvidas na demanda.

Homônimos

A CCJ aprovou também o projeto (PLC 153/08), relatado por Expedito Júnior (PR-RO), que fixa requisitos obrigatórios que deverão constar das certidões expedidas pelos escritórios de registro de distribuição dos cartórios extrajudiciais e dos distribuidores judiciais.

Conselho da Suframa vai ter mudanças

Foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mudanças na composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O projeto (PLC 136/08 – Complementar) define também as diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidos nos próximos anos pela superintendência.

Para o relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), a atualização do conselho poderá promover o desenvolvimento da região amazônica.

A proposta – que será agora votada em Plenário – determina que o conselho será composto por dez ministros de Estado; pelos governadores do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; pelos prefeitos das capitais desses estados; pelo superintendente do órgão; pelos presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco da Amazônia; e por um representante dos trabalhadores.



Comissão de Constituição e Justiça aprova alteração no Código de Processo Penal para estabelecer indisponibilidade ou sequestro de bens obtidos de forma ilícita

Bens dos acusados por atividades criminosas podem ficar indisponíveis

OS BENS OBTIDOS de forma ilícita poderão ficar indisponíveis para o indiciado ou acusado, que deverá comparecer pessoalmente em juízo se quiser apresentar pedido de restituição ou de disponibilidade, conforme projeto (PLS 138/06), do falecido senador Antonio Carlos Magalhães. O projeto foi aprovado ontem pela Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta já tinha sido aprovada em maio de 2006. Enviada à Câmara dos Deputados, foi alterada e retornou para nova análise pela CCJ.

Na hipótese de sequestro de bens imóveis, de acordo com o projeto, a autoridade terá em mãos o poder de identificar, no patrimônio legalmente cons-

tituído, aquele adquirido de forma ilegal pelo indiciado ou acusado.

A proposta, que altera o Código de Processo Penal (CPP), estabelece ainda o aumento do prazo de 60 para 120 dias para que a ação penal seja ajuizada, além de definir o limite do sequestro como sendo a soma dos valores do produto, dos rendimentos

obtidos e dos prejuízos causados com a prática do crime.

Para o relator Demostenes Torres (DEM-GO), trazer o instituto da indisponibilidade de bens para o processo penal “é muito relevante e irá contribuir de forma decisiva para combater a criminalidade no país”.

O projeto será agora votado pelo Plenário.

Proposta acaba com prisão do depositário infiel

A prisão civil do depositário infiel poderá ser retirada da Constituição, conforme proposta (PEC 30/03) de Augusto Botelho (PT-RR) aprovada pela Comissão de Justiça.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável à mudança. Se for aprovada definitivamente pelo

Congresso, o texto constitucional estabelecerá a prisão civil por dívida apenas no caso do devedor voluntário de pensão alimentícia.

– O STF já pacificou a matéria: em caso de depositário infiel, não cabe mais prisão civil. A Constituição vai se adaptar sobre o que já decidiu sucessivas vezes

o STF – explicou Demostenes.

O depositário infiel é o cidadão que se desfaz de bem cuja guarda lhe foi confiada pela Justiça. A PEC 30/03 ajusta a Constituição aos textos de tratados internacionais de direitos humanos já ratificados pelo Brasil, como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que proíbem a

prisão pelo descumprimento de uma obrigação contratual.

Motoboys

Expedito Júnior (PR-RO) apresentou voto contrário ao substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado (PLS 203/01) que regulamenta as atividades de mototaxista e motoboy.

Vannuchi: solução intermediária para o caso do menino Sean

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, afirmou que o caso do menino Sean Ribeiro Goldman – brasileiro, cuja mãe morreu ano passado e o pai, norte-americano, requer na Justiça sua guarda e extradição – é o mais difícil que já acompanhou à frente do órgão. Vannuchi recomendou, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o processo caminhe para uma solução intermediária, em que a família brasileira e o pai biológico possam conviver com a criança.

O ministro lembrou que a secretaria é responsável pela observação do cumprimento

pelo Brasil de duas convenções de Haia, uma que trata da subtração de crianças e outra que rege as normas para adoção de menores.

– Não podemos nos reger por questões patrióticas ou nacionalistas, mas sim pelo bem do ser humano, neste caso, uma criança.

O Brasil, alertou Vannuchi, pode estar no futuro na mesma situação por que passam hoje os Estados Unidos, ressaltando que não formou juízo a respeito do assunto. Mas ele entende que o caso é dramático, já que as duas partes envolvidas – a família brasileira e o pai biológico – possuem argumentos consistentes.

Garoto deve ficar com a família no Brasil, defendem senadores

Os senadores que participaram ontem da audiência pública na Comissão de Justiça com o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, defenderam a permanência do menino Sean Ribeiro Goldman no Brasil.

Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou o fato de a secretaria ter mandado acionar a Advocacia Geral da União (AGU) em um processo de extradição de um brasileiro nato.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) recomendou que a criança fique no Brasil por já estar ambientada com a família brasileira. Já Valter Pereira (PMDB-MS)

duvidou que a AGU tenha feito com apuro a investigação da realidade social do pai biológico antes de ordenar a abertura do processo.

Aloizio Mercadante (PT-SP) argumentou que a secretaria tem de seguir a legislação internacional, para resguardar os direitos de brasileiros em situações semelhantes.

Para Patrícia Saboya (PDT-CE), mesmo que o menino fique com a família brasileira, ele deve ser acompanhado pelo pai biológico. Serys Silhesarenko (PT-MT) pediu que sejam levados em conta os laços afetivos que o menino já possui.



Juca Ferreira (E, ao lado de Arns) critica "preponderância da renúncia fiscal"

Ministro: fundo será o principal mecanismo para financiar cultura

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) deverá se tornar o principal mecanismo de financiamento do setor até o final do governo, disse o ministro da Cultura, Juca Ferreira, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Durante o evento, ele criticou duramente a atual preponderância do mecanismo da renúncia fiscal e defendeu as mudanças na Lei Rouanet, segundo os critérios previstos em projeto de lei colocado em consulta pública pelo ministério.

Atualmente, informou o ministro, a renúncia fiscal prevista na Lei Rouanet – por meio da qual as empresas podem investir em cultura recursos que seriam destinados a impostos – responde por cerca de 80% do financiamento do setor. Apenas 12% do financiamento cultural provêm do FNC, e 8% são financiados por outros mecanismos. A proposta do ministro é inverter o modelo, garantindo aproximadamente 70% dos recursos ao fundo nacional, no momento de definir os próximos orçamentos.

– Quando se associam a pro-

jetos culturais, as empresas buscam retorno de *marketing* e dão prioridade a artistas consagrados e ao público de maior poder aquisitivo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste – disse Ferreira, observando ainda que 3% dos proponentes de projetos recebem 50% dos recursos.

Para o ministro, as empresas que se beneficiam da Lei Rouanet não estão interessadas em novas linguagens artísticas, e também não se aproximam da cultura regional.

Segundo ele, apenas 0,2% do Orçamento da União era destinado à cultura em 2003, primeiro ano do governo Lula. Após seis anos, o percentual subiu a 0,6%, mas o ministro julga que 2% seriam o "mínimo civilizado". Juca Ferreira defendeu ainda a criação do Vale Cultura, incluído no projeto em discussão pública. Para democratizar o acesso aos bens culturais, o vale destinaria R\$ 50 à compra de livros e de ingressos. Segundo dados que ele apresentou, menos de 5% dos brasileiros já visitaram um museu e apenas 10% frequentam cinema.

Exposição sobre Clarice Lispector, homenagem a José de Alencar, lançamento de obras raras e *show* em homenagem a Luiz Gonzaga fazem parte de programação

Senado lança calendário cultural para este ano

EM SOLENIDADE REALIZADA no gabinete da Presidência do Senado, Marco Maciel (DEM-PE) lançou, ao meio-dia de ontem, a programação cultural da Casa para 2009 – uma série de eventos destinados a impulsionar as manifestações culturais brasileiras.

– Pretendemos fazer com que se amplie, como tem dito o presidente José Sarney, a interlocução do Senado com a sociedade. Pretendemos valorizar o papel do Parlamento. Nem sempre se observa o que o Parlamento faz na valorização da cultura, da ciência e da arte – destacou Marco Maciel.

No calendário divulgado pelo parlamentar pernambucano estão previstos, entre outros eventos: uma exposição sobre a escritora Clarice Lispector; uma homenagem à passagem dos 180 anos de nascimento do escritor José de Alencar; o lançamento de obras raras, como *Espumas flutuantes*, de Castro Alves; *show* em homenagem a Luiz Gonzaga; e um painel sobre a Inconfidência Mineira.

O calendário, sujeito a mudanças ao longo do ano, será executado mediante parcerias do Senado com as seguintes instituições: Academia Brasileira de Letras, Fundação Memorial da América Latina, Museu da Língua Portuguesa, Fundação Armando Álvares Penteado, Teatro Municipal do Rio de Janeiro e Biblioteca José Mindlin.

O bibliófilo José Mindlin é um dos principais parceiros dessa programação. Ele assinou antecipadamente termo de intenções e já ofereceu, para publicação, os originais dos livros *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e *Rio de Janeiro pitoresco*, de Louis Buvelot e Auguste Moreau.

A programação cultural foi organizada sob a coordenação dos senadores Marco Maciel e Demostenes Torres (DEM-GO).

Programação para o mês de abril

DIA 8 – QUARTA-FEIRA – BIBLIOTECA

- ✓ Lançamento do primeiro volume da Coleção Obras Raras – Senado Cultural: *Espumas flutuantes*, de Castro Alves (acervo do senador José Sarney)

15 – QUARTA-FEIRA – INTERLEGIS

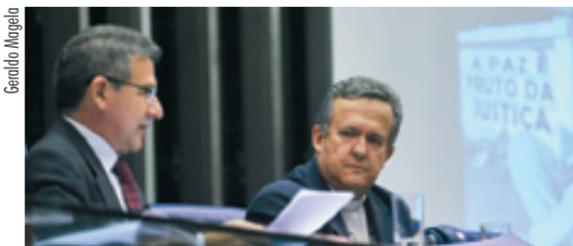
- ✓ Ciclo de Palestras Senado Cultural: Joãozinho Trinta fala sobre motivação e organização
- ✓ Lançamento do livro *Trinta carnavais*, de Joãozinho Trinta

EM DATA A SER DEFINIDA

- ✓ Abertura da exposição *Clarice Lispector* (acervo do Museu da Língua Portuguesa) – entre as alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela

DIA 28 – TERÇA-FEIRA

- ✓ Sessão especial em homenagem ao centenário de dom Hélder Câmara
- ✓ Reedição do livro *O Artesão da Paz – Dom Hélder Câmara*, de R. C. de Barros e Lauro Oliveira, pelo Conselho Editorial do Senado
- ✓ Abertura de exposição – entre as alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela
- ✓ Pré-estreia de filme – Auditório Petrônio Portela



José Nery (E), ao lado de dom Dimas Barbosa, elogia a CNBB

Plenário presta homenagem à Campanha da Fraternidade

O Plenário realizou ontem sessão especial para comemorar os 45 anos da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O tema em 2009 é "Fraternidade e Segurança Pública" e o lema, "A paz é fruto da justiça".

A homenagem foi sugerida por José Nery (PSOL-PA), que chamou a atenção para a necessidade de que a Justiça dê tratamento igualitário a todos, sejam pobres ou ricos. Ele citou a situação de mais de 400 mil presos, dos quais, de acordo com o senador, 120 mil são mantidos encarcerados por decisões provisórias da Justiça.

– Pedimos isonomia de tratamento entre presos do colarinho branco e os milhares de presos provisórios, pobres, humilhados – cobrou José Nery.

A sessão foi presidida pelo

senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Ele ressaltou que a campanha tem sido referência para a sociedade brasileira pela pertinência dos temas abordados.

Acompanharam a sessão especial o núncio apostólico do Brasil, dom Lourenzo Baldisseri, e o secretário-geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, lembrando que o objetivo da campanha é fazer as próprias comunidades apontarem soluções para superar a violência.

Os senadores Fernando Collor (PTB-AL), Marisa Serrano (PSDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Marco Maciel (DEM-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jefferson Praia (PDT-AM), Flávio Arns (PT-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS) também participaram da homenagem.

Anúncio de programa habitacional em debate

Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e João Pedro aplaudem o programa lançado ontem, enquanto Raimundo Colombo diz achar que a população está sendo iludida

IDELI SALVATTI

ALÉM DE ATENDER a uma grande parcela da população brasileira que precisa e tem direito à moradia, o programa Minha Casa, Minha Vida também é uma forma de combater a crise e gerar empregos. A observação foi feita pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que, na manhã de ontem, participou da solenidade na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa habitacional que pretende construir 1 milhão de casas em todo o país.

MARCELO CRIVELLA

MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) saudou o lançamento de programa habitacional pelo presidente Lula, ressaltando que serão beneficiados milhares de famílias carentes. – Temos que comemorar esse dia. Por que em uma terra tão rica nosso povo ainda mora em favelas e barracos? O Brasil deveria estar festejando – afirmou. Crivella disse ainda que o lançamento do programa habitacional é uma iniciativa pioneira e que o Brasil jamais contou com tantos recursos para esse setor.

JOÃO PEDRO

O LANÇAMENTO DO programa habitacional que prevê subsídios para famílias de baixa e de média renda foi aplaudido por João Pedro (PT-AM). Ele destacou que as menores casas terão pelo menos 35 metros quadrados, com água encanada, banheiro, dois quartos e cozinha. O senador conclamou os prefeitos e governadores a aderirem com rapidez ao programa, oferecendo áreas para a construção das casas.

RAIMUNDO COLOMBO

POR QUE O presidente Lula esperou seis anos e meio para lançar o programa habitacional, se o déficit de moradias é tão alto (7,2 milhões)? A questão foi levantada por Raimundo Colombo (DEM-SC). – E quantos dias restam do governo Lula para fazer 1 milhão de casas? Nós vamos ter cerca de 200 dias úteis. Para fazer 1 milhão de casas teremos que construir 5 mil casas por dia. Eu acho que esses programas iludem muito as pessoas.



Geraldo Magela



Geraldo Magela



Geraldo Magela



Marcia Mariz